

GESTORES DO ESPORTE E VISÕES DE POLÍTICA ESPORTIVA NO BRASIL (1937-2016): uma abordagem sociológica

Allan Fernando Zardo¹

Juliano de Souza²

Fernando Augusto Starepravo³

RESUMO

Nesse texto, está em pauta a figura dos gestores que ocuparam o cargo máximo da gestão do esporte no país. É traçado um perfil dos mesmos, com o objetivo de identificar os habitus e capitais que foram determinantes para que chegassem a tal posição. Em termos teórico-metodológicos, realizou-se uma investigação documental e bibliográfica, conduzida segundo os pressupostos da sociologia reflexiva de Bourdieu. Dos 27 gestores atuantes nos quase 80 anos em que o esporte no Brasil passou a ser uma questão do Estado, destaca-se que o capital político foi central em suas tomadas de posição. Ressalta-se ainda, a utilização do capital simbólico adquirido frente ao Ministério do Esporte para fins particularistas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Esporte. Gestores. Brasil

- 1 Graduação em Educação Física. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física na Universidade Estadual de Maringá (UEM/UEL). Maringá/Paraná, Brasil. E-mail: allan_fzs@hotmail.com
- 2 Doutor em Educação Física. Professor no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/Paraná, Brasil. E-mail: julianoedf@yahoo.com.br
- 3 Doutor em Educação Física. Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/Paraná, Brasil. E-mail: fernando.starepravo@hotmail.com



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-Compartilhável - CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

SPORT MANAGERS AND VISIONS OF SPORTS POLICY IN BRAZIL (1937-2016): a sociological approach**ABSTRACT**

In this text it is on the agenda the figure of the managers who occupy the maximum post of the sport management in the country. Their profile is drawn, with the objective of identifying the habitus and capitals that were determining for them to reach such a position. In theoretical-methodological terms, a documentary and bibliographical investigation was conducted, according to the presuppositions of Bourdieu's reflexive sociology. Considering the procedure of the 27 managers that took place in this position, in almost 80 years in which sports became a state issue in Brazil, it is important to note that political capital was central in their decision-making. It is also worth noting the use of the symbolic capital acquired in front of the Ministry of Sports for private purposes.

Keywords: Public policies. Sport. Managers. Brazil

SPORT MANAGERS Y VISIONES POLÍTICA DEPORTIVA EN BRASIL (1937-2016): un enfoque sociológico**RESUMEN**

En este texto se presenta la figura de quienes ocuparon el cargo máximo de la gestión del deporte en el país. Se trazó un perfil de los mismos con el fin de identificar el hábitus y el capital que determinó su llegada a esa posición. En términos teóricos y metodológicos, se desarrolló una investigación documental y bibliográfica bajo los supuestos de la sociología reflexiva de Bourdieu. De los 27 directores que han existido en casi 80 años del deporte en Brasil, se observa que el capital político fue central y determinante para alcanzar esa posición, destacando al mismo tiempo que el capital simbólico adquirido estando al frente del Ministerio del Deporte ha sido utilizado para fines particulares.

Palabras clave: Políticas públicas. Deporte. Gerentes. Brasil

INTRODUÇÃO

A política pública enquanto área do conhecimento passou a ser estudada nas décadas de 1950 nos Estados Unidos, 1970 na Europa e em meados de 1980 no Brasil quando então se protagonizava, no interior de diferentes espaços, um processo de redemocratização desta sociedade (MEZZADRI, 2011). Paralelamente ao nascimento dessa subárea nos Estados Unidos, definiu-se políticas públicas “[...] como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22).

Em se tratando do Brasil, alguns fatores como [1] a abertura democrática do país na década de 1980; [2] o surgimento do Ministério do Esporte; [3] a criação da Rede CEDES – Centro de desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – (STAREPRAVO, 2011); e também [4] a escolha do país como sede dos megaeventos esportivos (MEZZADRI, 2011), foram elementos decisivos para emergência de mais estudos relacionados às políticas públicas direcionadas ao esporte e lazer (MEZZADRI; SILVA; FIGUEROA, 2015).

Nesse contexto, Amaral e Pereira (2009) relatam um aumento da produção científica em políticas públicas de esporte e lazer no campo da Educação Física, assim como a expansão dos grupos de pesquisa que vêm dedicando-se à temática (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014). Não obstante a esse quadro, alguns estudos sugerem que grande parte da produção em políticas públicas de esporte e lazer é voltada a relatos de experiências (STAREPRAVO, 2011; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007), sendo necessário então avançar às discussões teóricas. Nesta esteira, Starepravo e Marchi Jr. (2016, p.43) destacam que:

[...] escrever sobre políticas públicas requer mapear o espaço social no qual essa é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

Sendo assim, o subcampo das políticas públicas é um espaço relacional de disputas e interesses de agentes sociais com determinado habitus e dotados de determinados capitais. Mais que isso, esse subespaço tende a reproduzir as próprias lutas que definem o campo do poder, aqui entendido como locus de relações de forças entre posições sociais ou, noutros termos, um espaço de lutas por uma quantidade de força social, ou de capital, para que diferentes grupos possam disputar o monopólio do poder (BOURDIEU, 2009).

No contexto dos diferentes campos sociais, sempre há agentes que estão em posições privilegiadas na lógica de definição de relações nesses espaços. O subcampo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil não está à margem dessa lógica e determinados agentes assumiram o papel decisivo na definição das políticas esportivas. É, inclusive, em razão desse ponto de partida teórico que Starepravo, Mezzadri e Marchi Jr., (2015, p. 218) situam os gestores como os principais “[...] agentes responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer [...]” e, portanto, como atores políticos importantes envolvidos no histórico de disputas presentes no tecido social e na esfera política de uma forma mais ampla.

Nesse texto, está em pauta então a figura dos gestores que ocuparam o cargo máximo da gestão do esporte no país, quer dizer, secretários, diretores e ministros que atuaram frente às respectivas “Secretaria”, “Divisão”, “Departamento” ou “Ministério”, de acordo com o “status” que o esporte assumiu ao longo da sua história no Brasil. Em outros termos, esse artigo contempla um mapeamento de todos os gestores responsáveis pela pasta relacionada ao esporte no contexto nacional, e pretende identificar elementos dos habitus desses agentes e compreender algumas nuances de suas ações políticas a frente dessa pasta.

Para levar a cabo esse objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. A principal fonte para acesso aos nomes dos agentes que compuseram a amostra adveio do site do Ministério do Esporte (BRASIL, 2016)⁴. O critério para a inclusão dos sujeitos no âmbito desta análise foi ter assumido oficialmente o cargo de gestor do órgão público máximo do esporte no Brasil. O recorte temporal compreendeu o período de 1937 a 2016, o primeiro, ano em que o esporte foi institucionalizado no Brasil com a criação da Divisão de Educação Física dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e o último, ano de atuação do mais recente ministro do esporte até a elaboração do presente texto. Para análise e discussões do objeto, apoiamos-nos no referencial teórico de Bourdieu, conforme exposto a seguir.

Aportes teóricos

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua teoria geral da sociedade, elabora, no decorrer de sua trajetória, a partir de desdobramentos de incursões etnográficas, a teoria dos campos ou pluralidade dos mundos. Na arquitetura teórica de Bourdieu, que tem como ponto central a relação entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas, alguns conceitos como campo, habitus e capital são básicos e elementares para compreendermos sua ideia de mundo social e de fazer sociológico (BOURDIEU, 1996). Cabe notar que essas noções como forma de olhar o mundo social são indissociáveis, não podendo, portanto, ser tomadas isoladamente, pois essa postura iria contra o quadro epistemológico de Bourdieu no qual há o primado das relações e do pensar relacional (BOURDIEU, 2009).

Pautados nesse marco teórico relacional é que Starepravo, Souza e Marchi Jr (2013), apresentam alguns apontamentos para levar a efeito a leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Segundo os autores, essa possibilidade teórico-metodológica avança na “[...] apreensão e interpretação dos fenômenos sociais, bem como na amplitude e contingência dos processos políticos” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR, 2013, p. 796), na medida em que permite associar dimensões empíricas e teóricas nesse domínio de pesquisa.

Nesse sentido, há um potencial reflexivo no edifício sociológico de Bourdieu, que permite analisar a emergência de um espaço de reflexão das políticas de esporte e lazer marcado por lutas e disputas por posições, em um enfiamento por poder explicativo e

4 <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/historico>

prestígio firmado entre os dominantes e dominados. Bourdieu (1983, p. 119) define os campos como “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes”. Em outros termos: “Todo campo [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

No interior de um campo, os agentes, com meios e fins diferentes de acordo com a sua posição na estrutura de forças, se enfrentam conservando ou transformando a estrutura (BOURDIEU, 2007). Pautados nesse entendimento, Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013, p. 791) argumentam que:

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre os mesmos estão diretamente relacionadas à posição que cada um dos agentes assume no interior do espaço social. Por conseguinte, a posição e conseqüente peso de cada agente (indivíduo ou instituição) no campo está relacionada ao volume de seu capital, que pode assumir várias formas.

Além disso, um campo “[...] se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 120). Nesse propósito, um campo – seja ele qual for – não pode ser analisado de modo desconexo e isolado, mas sim entendido como um conjunto de relações que concorrem para a existência do mesmo. Esse tipo de menção remete, inclusive, ao próprio estatuto reflexivo da sociologia de Bourdieu, na qual o autor afirma a importância de pensar relacionalmente (BOURDIEU, 1989).

Sendo assim, um campo, de fato, possui suas leis próprias e sua autonomia relativa, o que não quer dizer que não sofra influência de outros campos sociais. Segundo Bourdieu (2004, p. 120) para o funcionamento desse microcosmo “[...] é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes ao jogo, dos objetos de disputa, etc.”. O habitus pressupõe, deste modo, um capital adquirido e pode ser entendido como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos orientam a agir de determinada forma e não de outra qualquer, sempre levando em conta o tipo e volume de capital que os agentes dispõem.

A propósito, Bourdieu faz uma releitura do conceito de capital de Karl Marx e amplia-o para além do acúmulo de bens e para além apenas do viés econômico, por considerar que as desigualdades sociais não dependem apenas das desigualdades econômicas (SOUZA; MARCHI JR, 2010). Capital é definido então como a capacidade de acumulação de conhecimentos, bens materiais e simbólicos que o agente detém (BOURDIEU, 2004). A noção de capital faz com que o campo se modifique, e se o campo se modifica o habitus também se transforma. Bourdieu (2004, p. 26) aponta que, “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital”. Portanto, cada campo apresenta seu capital específico (econômico, cultural, social, político, artístico, esportivo etc.).

O capital simbólico, por sua vez, se conquista a partir de qualquer outro capital, desde que este seja reconhecido (e tornado, portanto, legítimo) pelos demais agentes do campo. Ao elucidar essas questões, Bourdieu (1989, p. 145) define capital simbólico como não sendo outra coisa que “[...] senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio”.

Tendo nos apropriado e exposto tais conceitos, buscamos, na sequência, descrever e entender o posicionamento dos agentes no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, considerando então a dialógica firmada entre o habitus e o tipo e volume de capital que os gestores mapeados, nos diferentes contextos, dispunham.

Um mapeamento dos gestores do esporte nacional (1937-2016)

Bourdieu sugere alguns passos metodológicos para serem seguidos no desenvolvimento de uma abordagem sobre um campo. Acerca disso, Souza e Marchi Jr. (2010, p. 300) destacam que “[...] é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo [...]”, e também que “[...] devem ser analisados os habitus dos agentes, isto é, os diferentes sistemas de disposições adquiridos em relação ao campo”.

Com o intento de seguir nesse processo metodológico, realizamos um levantamento e mapeamento de todos os gestores que ocuparam o cargo máximo da pasta relacionada ao esporte no governo nacional. Desta maneira, entendemos que a história e ação desses agentes e suas alianças, inclusive partidárias, são fundamentais para compreendermos a estrutura objetiva das relações entre o campo político e o campo esportivo, no subcampo da gestão das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Em outros termos, ao analisarmos os habitus e capitais desses atores podemos então compreender algumas das lógicas que permeiam esse locus social.

Ao longo dos quase 80 anos em que as ações relacionadas ao esporte passaram a estar presentes de forma institucional no Estado brasileiro, com a criação da Divisão de Educação Física no Ministério da Educação e Cultura, até o atual Ministério do Esporte, passaram 27 agentes que foram os agentes responsáveis na/no “Divisão”, “Departamento”, “Secretaria”, ou “Ministério”, diferentes denominações já que, ao longo da história política brasileira, o esporte esteve sob responsabilidade de vários órgãos públicos federais (BRASIL, 2016).

A Divisão de Educação Física foi criada em 1937 por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/1937 e pertencia ao Ministério da Educação e Cultura, marcando o início da institucionalização do esporte no Brasil. Esta divisão perdeu até 1970 e teve como responsáveis 6 diretores, quase todos militares: (1) Major João Barbosa Leite – formação militar, influenciou de modo decisivo na elaboração do Decreto-Lei nº 1212 que possibilitou a capacitação de técnicos na área da educação física e dos desportos; (2) Coronel Caio Mário de Noronha Miranda – formação militar; (3) Professor Alfredo Colombo (1956) – foi

professor da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD – (antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro); (4) General Antônio Pires de Castro Filho – formação militar e também ex-comandante da Escola de Educação Física do Exército; (5) Coronel Genival de Freitas – formação militar; (6) Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira – formação militar.

Observa-se nesse período de 33 anos da Divisão de Educação Física pertencente ao MEC, algumas características, como a grande presença de militares no governo, uma marca do Estado Novo governado por Getúlio Vargas e que influenciou as gerações políticas seguintes. A terminologia “Divisão”, inclusive, pode ser um indício da característica e influência que a Educação Física tinha nesse período, com a utilização de métodos ginásticos principalmente para a disciplina e higienização dos corpos (CANTARINO FILHO, 1982). O esporte, fenômeno social que até então era regulado apenas pela sociedade civil e organizado em clubes, no Governo de Vargas, Estado Novo, torna-se uma questão de Estado e a partir de então começa a ser regulamentado, estatalmente ficando suas questões a cargo da “Divisão de Educação Física” (STAREPRAVO et al., 2010).

Justamente pelo interesse do Estado em se aproximar e regular o esporte, em 1970 a “Divisão de Educação Física” é transformada no “Departamento de Educação Física e Desportos” por meio do decreto nº 66.967, de 27 de junho de 1970, sendo que o novo Departamento seguiu vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (BRASIL, 2016). O departamento teve em 8 anos dois diretores, ambos militares e um deles, além disso, também foi atleta: (1) Coronel Eric Tinoco Marques – militar e atleta da modalidade pentatlo moderno, conseguindo, inclusive, uma medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 1951 em Buenos Aires; (2) Coronel Osny Vasconcellos que também detinha um posto militar.

Ainda no período de Ditadura Militar, em 1978, o “Departamento de Educação Física e Desporto” foi transformado em “Secretaria de Educação Física e Desporto” ligada ao Ministério de Educação e Cultura. Durante seus 11 anos, essa secretaria contou com 5 secretários, sendo que um deles foi secretário em dois períodos distintos, a saber, o professor Manoel Tubino. Foram agentes centrais desse período: (1) Péricles de Souza Cavalcanti (1979 à 1985) – embora no site do Ministério do Esporte (BRASIL, 2016) seu nome não esteja com o prefixo, ele foi Coronel, portanto, detinha um posto militar e também foi um atleta de equitação com vários títulos renomados; (2) Bruno Luiz Ribeiro da Silveira (1985 a 1987), advogado; (3) Manoel José Gomes Tubino⁵ (fevereiro à março de 1987) – professor com doutorado em Educação Física, foi também presidente do Conselho Nacional de Desportos e teve grande influência no texto constitucional relacionado ao esporte na Constituição Federal de 1988, compreendendo o esporte como direito social (NUNES, 2015); (4) Júlio César (março à dezembro de 1987) – não foram obtidas informações sobre esse secretário; (5) Alfredo Alberto Leal Nunes (janeiro de 1988 à fevereiro

5 Entendemos que o movimento dos agentes no campo político sempre possui relações político-partidárias envolvendo alianças e interesses. Nos casos de Manoel José Gomes Tubino e Zico, entretanto, mesmo considerando que ambos foram indicados ao cargo por líderes políticos e também que mantinham relação de proximidade com Marcio Braga filiado ao PMDB, não há indícios concretos que comprovem uma ligação direta dos dois agentes com algum partido político.

de 1989) – formado em Direito e Odontologia, foi esportista e político atuando como vereador (PSD), prefeito (PTB) deputado estadual (ARENA e depois pelo PDS) e também em cargos públicos municipais e estaduais do Piauí; e (6) por último, Manoel José Gomes Tubino novamente (fevereiro à dezembro de 1989).

No período pós Ditadura Militar, com a redemocratização do país, o presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, extingue a Secretaria ligada ao Ministério da Educação e cria a “Secretaria de Desportos da Presidência da República”, dando uma ênfase maior para o esporte como parte de sua agenda pública e o vinculando então oportunamente à estrutura da presidência com um status ministerial. Num curto período de dois anos até o processo de impeachment do então presidente, dois ex-atletas assumiram a Secretaria, sendo ambos de reconhecido prestígio no campo esportivo (ZOTOVICI et al., 2013).

De um lado, (1) Arthur Antunes Coimbra – Zico, foi atleta de futebol com notoriedade em seu meio pelo destaque no Flamengo e na Seleção Brasileira de Futebol, possuindo então, um grande capital esportivo e conseqüentemente capital simbólico. Permaneceu pouco tempo à frente da secretaria (março e abril/1991) e marcou sua passagem pelo governo com uma lei geral para o esporte, Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que leva o seu nome. De outro, (2) Bernard Rajzman, foi um reconhecido atleta de voleibol, medalhista de prata nos Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles, junto a Seleção Brasileira de Voleibol. Após encerrar sua carreira de jogador, além de assumir a Secretaria, percorreu posteriormente pelo campo político sendo eleito deputado estadual do Rio de Janeiro (PPB) (1995 – 1998) e obteve a suplência em tentativa de reeleição (1999 – 2002) (BRASIL, 2016).

Após o impeachment de Fernando Collor, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, mas dessa vez com outro nome, “Secretaria de Desportos”. Os três anos desta secretaria contaram com dois secretários: (1) Marcio Baroukel de Souza Braga, conhecido no campo esportivo como Marcio Braga (1992 a 1994), advogado e empresário, teve experiência na gestão esportiva sendo por seis mandatos presidente do Flamengo; no campo político foi candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro e Deputado Federal (PMDB) por dois mandatos participando do processo constituinte (DOS SANTOS, 2007; ROCHA, 2013); (2) Marcos André da Costa Berenguer (1994 à 1995) – foi anteriormente subsecretário de esportes de Pernambuco (1991 à 1994) no governo de Joaquim Francisco (PFL).

Em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o “Ministério Extraordinário do Esporte”. O ministro foi o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé; sua gestão à frente do ministério perdurou 4 anos, de 1995 à 1998. Pelé é considerado por muitos o maior jogador de futebol de todos os tempos e foi eleito o atleta do século passado (DA SILVA, 2007), possuindo um volume de capital esportivo e simbólico bastante significativo. Assim como Zico, Pelé empresta seu nome a uma lei, a Lei nº 9.615, sendo essa a lei geral do esporte que vigora atualmente no país.

Por meio da Medida provisória nº 1.794-8, no dia 31 de dezembro de 1998 foi criado o “Ministério do Esporte e Turismo” (MET) que entrou em vigor no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Quem assumiu a pasta foi Rafael Greca (1999 à 2000). Formado em Economia e Engenharia Civil, Greca teve seu maior reconhecimento

no campo político sendo prefeito de Curitiba (1993 – 1997) (PDT), no período que estava à frente o do MET havia sido eleito Deputado Federal pelo Paraná (PFL). Posteriormente foi Deputado Estadual (2003 – 2007) (PMDB) e atualmente é prefeito de Curitiba (PMN). Após dois anos, houve uma mudança e o ministro que assumiu a pasta foi Carlos Carmo Melles (2000 à 2002). Formado em Agronomia, é deputado federal (PFL e DEM) há 22 anos por Minas Gerais e está no sexto mandato. Além da legislatura esteve presente no executivo, sendo atualmente secretário de Transporte e Obras Públicas de Minas Gerais. O terceiro ministro do MET foi Caio Luiz Cibella de Carvalho (março à dezembro de 2002) – graduado em Direito, hoje possui doutorado em Comunicação e Artes e é professor universitário, portanto com notório capital cultural, antes de assumir o MET, foi ministro do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo (1992 à 2005). Em um campo onde o agir dos agentes é predominantemente político em detrimento ao burocrático (STARE-PRAVO, 2011), possuir este notório capital cultural pode tencionar as relações no campo, fazendo prevalecer naquele espaço outras lógicas além do agir essencialmente político.

Em 2003, o esporte atingiu pela primeira vez status de Ministério definitivo em uma única pasta. Dessa forma o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo no início do seu primeiro mandato, separou as pastas de esporte e turismo e criou o Ministério do Esporte (ME). Até então o ME contou com seis ministros:

- (1) Agnelo Queiroz (1 de janeiro de 2003 à 31 de março de 2006) – formado em medicina, Agnelo migrou para o campo político e foi deputado distrital e federal (PCdoB); deixou o cargo de ministro para se candidatar ao senado e após passar pelo ME foi governador do Distrito Federal (PT) (BRASIL, 2016).
- (2) Orlando Silva (31 de março de 2006 à 26 de outubro de 2011) – assumiu o ME primeiramente de forma interina com a licença do antigo ministro, e depois, de forma oficial, permaneceu como ministro do ME no primeiro e segundo mandatos do governo Lula e também no início do governo Dilma. Formado em direito, foi eleito em 2014 e é atualmente deputado federal de São Paulo (PCdoB). Também foi Secretário Nacional de Esporte e Secretário Nacional de Esporte Educacional. Foi o gestor com mais tempo à frente do esporte no país (BRASIL, 2016).
- (3) Aldo Rebelo (27 de outubro de 2011 à 1 de janeiro de 2015) – é jornalista e redator; sua trajetória é toda construída no campo político. Foi vereador, deputado federal por 5 mandatos e presidente da Câmara dos Deputados (PCdoB). Antes de assumir o ME foi Ministro de Relações Internacionais no governo Lula, e após sair do ME assumiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e, posteriormente, também foi Ministro da Defesa no governo Dilma (BRASIL, 2016). Trata-se de um agente dotado de bastante capital político e competência técnica dada sua circulação em diferentes pastas.
- (4) George Hilton (1º de janeiro de 2015 à 30 de março de 2016) – foi radialista, deputado estadual por dois mandatos (PSL e PL) e deputado federal também por dois mandatos (PRB) antes de assumir o ME pelo mesmo partido (BRASIL, 2016).
- (5) Ricardo Leyser Gonçalves (31 de março de 2016 à 12 de maio de 2016) – possui formação em Administração Pública e Ciências Sociais. Assumiu o Ministério de

forma interina em meio ao processo do impeachment de Dilma Rousseff e permaneceu apenas dois meses. O gestor trabalha na pasta desde 2003, ano em que a pasta foi criada. Antes de assumir o ME, foi secretário Nacional de Esporte Educacional, secretário Executivo para os Jogos Pan-Americanos e secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento (BRASIL, 2016).

- (6) Leonardo Picciani (12 de maio de 2016 – atual) – assumiu o ME com a chegada de Michel Temer na presidência do país após o impeachment de Dilma Rousseff. Formado em Direito, exerce o quarto mandato consecutivo como deputado federal do Rio de Janeiro (PMDB) e foi secretário de Estado de Habitação do Rio de Janeiro.

A partir desse levantamento e em diálogo com a literatura, desdobramos na seção seguinte a possibilidade de discutir as trajetórias desses agentes, com base nos capitais e reconversão de capitais, para identificar as visões de política esportiva que prevaleceram no Brasil durante o período investigado.

Trajetórias dos agentes e visões de política esportiva

Há uma lógica de interdependência crescente passível de ser visualizada entre as ações levadas a cabo no universo micropolítico do esporte e transformações políticas mais amplas operadas no primeiro escalão do governo federal. Nota-se também um sentido de descontinuidade das ações nesse cenário, abrindo uma margem investigativa para compreender o papel dos agentes na estruturação dessa estrutura.

Diante das descrições previamente aventadas acerca dos gestores que ocuparam o cargo máximo relacionado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, procuramos recuperar elementos históricos para refletir sobre “[...] qual tipo de capital é hoje mais relevante para os agentes no interior do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR., 2013, p. 791).

Nesse percurso, observamos que nos períodos entre o Estado Novo na década de 1930 até momentos da Ditadura Militar, onde existiram a Divisão de Educação Física (1937) e o Departamento de Educação Física e Desporto (1970), além do histórico entre Educação Física e esporte com a instituição militar, por se tratar de governos militares ou com forte influência dessa visão de mundo, o habitus que prevalecia para ser gestor era o habitus militar. Com exceção do professor Alfredo Colombo – o único a ocupar o cargo sem ser um militar no sentido profissional do termo – todos os demais diretores desse período eram militares. Desde os anos 1970 até a abertura política no país, ainda se tem a preponderância do habitus militar nas tomadas de posição no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, condição que começa a ser relativizada em virtude do habitus esportivo partilhado também por alguns dos “gestores militares” do período em tela. Esse habitus esportivo, por sua vez, passará a ser determinante nas décadas seguintes nesse espaço, se bem que no final dos anos 1990 já não será um critério decisivo, ao menos para

escolha dos gestores da pasta esportiva no governo federal, quando então novos elementos passam a ser considerados para o recrutamento dos gestores.

Importante também notar que ao longo do período analisado, o esporte como alvo de investimento de políticas públicas no Brasil, se situou predominantemente no domínio daquilo que Bourdieu (1998) denominou de mão esquerda do Estado, qual seja aquela voltada às políticas sociais, enquanto a mão direita priorizaria questões mais ligadas à economia. Almeida e Marchi Jr. (2010) e Starepravo (2011), corroboram esse tipo de compreensão e sugerem que parte das ações levadas a efeito pelos ministérios relacionados às políticas de esporte, estariam na mão esquerda do Estado, numa posição desprivilegiada no campo do poder, enquanto que outros ministérios relacionados às dimensões econômicas e aos interesses diretos da política neoliberal estariam na mão direita do Estado⁶.

Observado este aspecto, percebemos a possibilidade de haver um reflexo disso na organização estrutural do esporte nos governos brasileiros, contando com 8 estruturas diferentes e sendo subordinado a outros setores, como nos casos de quando era “Divisão”, “Departamento” e “Secretaria” que pertenciam ao Ministério da Educação e Cultura, como também, no caso em que o Ministério foi vinculado à área de Turismo.

Soma-se a esse quadro que dos 27 gestores investigados, apenas dois deles possuíam formação em Educação Física e um detinha formação em Administração Pública. Esses dados corroboram com o que apontam Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013, p. 795) ao referirem-se às políticas públicas de esporte e lazer e argumentarem que “[...] muitas vezes, a posse de algumas variedades de capital, especialmente o capital social, político, e esportivo, por vezes se sobrepõe ao capital cultural específico na configuração do subcampo”.

Os autores também relatam que “[...] gradualmente os especialistas [da academia] vêm ocupando esse espaço. Pode ser um indício de que o capital político perde um pouco o peso no interior do subcampo frente ao capital cultural específico” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR., 2013, p. 791). Porém, não foi o que identificamos ao analisar a trajetória dos 27 gestores que ocuparam o cargo máximo da pasta relacionada ao esporte a nível nacional. Num panorama geral, destacamos que dos 27 gestores, 11 eram políticos de carreira – isto é, em sua trajetória profissional ocuparam cargos da política institucional no período prévio às suas respectivas gestões nos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de esporte –, 8 militares, 3 ex-atletas, 3 professores, um advogado e a respeito de um não foram encontradas informações sobre a vida profissional. Compreendendo as lógicas e leis de funcionamento do subcampo e pensando nos gestores que estiveram/estão à frente dessa pasta no Brasil, podemos dizer que “[...] os agentes ativos no processo são capazes de resignificar e atuar de forma a legitimar ou modificar a estrutura [...]” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JR., 2013, p. 792), em uma dinâmica que mobiliza dialeticamente – e por vias pré-reflexivas – visões de mundo tornada corpo e respostas institucionais.

6 Quando nos referimos à mão direita e mão esquerda do Estado em Bourdieu (1998), não nos referimos a orientação político/partidária ou ideológica, mas sim a uma condição de prevalência de uma área de atuação do Estado em relação a outra. Na mão direita do Estado (prevalente, prioritária) estaria a área econômica de intervenção do Estado, que deve ser cuidada e preservada a qualquer custo, enquanto na mão esquerda do Estado (menos relevante ou menos prioritária) estaria a área social de intervenção do Estado, que inclui o esporte, onde o Estado atua apenas de forma secundária e compensatória, se e quando houver recursos disponíveis.

Na esteira dessa análise, identificamos ainda que o capital que prevalece na gestão das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é o capital político, somado ao capital social que esses agentes construíram em virtude de suas trajetórias políticas e partidárias em outros contextos. O conceito de capital político é definido por Bourdieu (2011, p. 204) como “[...] uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”, no contexto brasileiro devemos considerar que esse acúmulo (capital político) está relacionado com a trajetória partidária e alguns fenômenos recorrentes na política como utilitarismo, clientelismo e fisiologismo.

Nunca é demais ressaltar, portanto, que, todos os ministros que passaram pelo atual Ministério do Esporte, criado em 2003, possuíam capital e habitus político. Além disso, verificamos a existência de uma lógica social de “mão dupla” a atuar nesse espaço, pois além da importância de ter capital político para assumir o cargo de gestor máximo, alguns agentes, por meio do ME, puderam aumentar o seu capital político e simbólico conquistando posições maiores no campo político, casos de Agnelo Queiroz que, após passar pelo ME, foi eleito governador do Distrito Federal, Orlando Silva que, após ser ministro, foi eleito deputado federal e de Aldo Rebelo que, posteriormente, chegou ao Ministério da Defesa. Tais fatos, por conseguinte, corroboram a afirmação de Castellani Filho (2013, p. 66), de que o preenchimento dos cargos de alto escalão no ME, a propósito do que pode acontecer em outros espaços sociais, se dá muitas vezes como “moeda de troca e barganha política”, a exemplo de quando a pasta foi entregue ao PCdoB, ignorando toda a movimentação interna no PT no sentido de discutir políticas de esporte na figura de lideranças intelectuais especializadas no assunto, inclusive antes mesmo do partido chegar à presidência (CASTELLANI FILHO, 2013), pelo fato do Ministério do Esporte ter sido criado como forma de acomodação de aliados políticos em detrimento à importância social do esporte (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JR., 2015), ou ainda quando a administração do Ministério foi repassada ao PRB de George Hilton, como evidente estratégia de angariação de apoio político de um partido de menor expressão no cenário político nacional, mas com nenhuma relação histórica com o esporte.

Como última análise, ressalta-se ainda que, além da posição ocupada pelos gestores no ME possibilitar um aumento de seus capitais políticos, há outras conjunturas estruturantes dessa dinâmica de posicionamento dos agentes, a propósito, por exemplo, da opção por gestores que detinham grande montante de capital simbólico, em virtude, sobretudo, de suas performances corporais condensadas na noção de capital esportivo (Zico, Bernard e Pelé). Isso, por conseguinte, não pode ser lido como um ato desinteressado, uma vez que ao trazer para arena política tais atores, o Ministério ou Secretaria relacionada ao esporte conquistou avanços na balança do poder e ganhos relativamente importantes em termos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista que são escassos os estudos que, tratem o histórico do subcampo político/burocrático do esporte e lazer e produzam um diálogo com teorias, para além de apenas

relato de experiências, buscamos aqui mapear todos os gestores que ocuparam o cargo máximo da gestão do esporte no país, procurando traçar um perfil desses agentes, com o intuito de compreender de qual locus social estes vieram e quais capitais fizeram uso para chegarem a tal posição de comando da estrutura esportiva macro no país.

A partir da análise de 27 gestores que estiveram à frente da pasta relacionada ao esporte a nível nacional, nos quase 80 anos em que o esporte passou a ser institucionalizado e tratado pelo Estado, destacamos que o capital político foi preponderante para que estes estivessem em seus cargos, sobremaneira nos últimos anos, e de forma explícita no atual formato da estrutura, o Ministério do Esporte. O habitus da carreira militar foi fundamental para que os agentes assumissem o cargo nos períodos em que o governo nacional era regido por militares. Dessa forma, assim como apontam Starepravo, Souza e Marchi Jr. (2013), destacamos que a estrutura de distribuição das formas de poder e também dos tipos de capital que circundam o universo social aqui considerado – o subcampo das políticas públicas do esporte e lazer – variam, de acordo com determinados contextos históricos.

Além disso, as entidades que estiveram envolvidas e relacionadas com a administração do esporte em âmbito nacional têm ocupado, assim como passível discutir com base em Bourdieu (1998), um papel periférico na estrutura do campo do poder e, mais precisamente, dentro do campo político. Todavia, observamos que na última década houve uma tendência de reposicionamento provisório do esporte frente ao campo político em virtude, sobretudo, da realização dos megaeventos esportivos no país, condição que contribuiu para que o Ministério do Esporte tivesse uma maior visibilidade e atuação.

Não por acaso, é que os agentes se utilizam da sua posição de autoridade no subcampo em questão para aumentarem seu capital político e simbólico, condições fundamentais para quem deseja ocupar posições de maior destaque no campo político, em menção evidente ao que aconteceu com alguns dos ex-mandatários do atual Ministério do Esporte no país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. S.; MARCHI JR., W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.
- AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, 2009.
- AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 2007.
- _____. **O senso prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Institucional.** histórico. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- CANTARINO FILHO, Mário R. A educação física no estado novo. **História e doutrina.** Brasília:[sn], 1982.
- CASTELLANI FIHO, L. **Educação Física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- DA SILVA, A. P. Pelé: análise da trajetória do “Atleta do Século” na propaganda/marketing. **Enfoques**, v. 6, n. 1, 2007.
- DOS SANTOS, A. R. **A formação de atletas no Brasil:** o papel da escola e dos clubes na formação de atletas. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas para o Esporte e lazer: teorias e conceitos. In: Alexandre Motta & Rodrigo Terra. (Org.). **Esporte, Lazer e políticas públicas na região dos Lagos.** Rio de Janeiro: iVentura, 2011, p. 89-102.
- MEZZADRI, F. M., SILVA, M. M., FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.
- NUNES, H. F. P. **Esporte no contexto escolar:** estudo do perfil dos professores de educação física que atuam como técnicos nas olimpíadas estudantis no município de São Paulo. 2015.
- ROCHA, L. G. B. S. P. **A outra razão: os presidentes de Futebol entre práticas e representações.** 2013.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SOUZA, J.; MARCHI JR, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 293-315, 2010.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer:** aproximações, intersecções, rupturas, e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Curitiba (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JR., W. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.
- STAREPRAVO, F.; MEZZADRI, F. M. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR**, v. 10, 2007.

- STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JR., W. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.
- STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JR., W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 3, 2013.
- STAREPRAVO, F. A. et al. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade. Ano**, v. 5, 2010.
- ZOTOVICI, S. A. et al. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 3, 2013.

Recebido em: Março/2017

Aprovado em: Junho/2017